

# MAPA DIGITAL DA COMUNIDADE: IDENTIDADES E LUGAR EM REDES SOCIAIS

*DIGITAL COMMUNITY MAP: PLACE AND IDENTITIES IN THE SOCIAL NETWORKS*  
*MAPA DIGITAL DE LA COMUNIDAD: IDENTIDADES Y LUGAR EN LAS REDES SOCIALES*

<https://doi.org/10.26895/geosaberes.v15i0.1266>

**NILDEMAR PEREIRA DA SILVA<sup>1\*</sup>**  
**NILSON ALMINO DE FREITAS<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, professor de Geografia do Instituto Federal do Piauí (IFPI). Campus Picos, Avenida Pedro Marques de Medeiros, S/N, Parque Industrial, CEP: 64600-000, Picos (PI), Brasil, Tel.: (+55 86) 99492.4542, nildemar.silva@ifpi.edu.br, <http://orcid.org/0000-0002-4160-5829>.

\*Autor correspondente

<sup>2</sup> Professor do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - PROPGEO/UECE e do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - PROFSOCIO - Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Bolsista de Produtividade do CNPq (PQ2). Centro de Ciências Humanas, Avenida John Sanford, 1845, Junco, CEP: 62030-000, Sobral (CE), Brasil, Tel.: (+55 85) 3377.4236, nilsonalmino@hotmail.com, <http://orcid.org/0000-0003-0324-3131>.

Histórico do Artigo:  
Recebido em 10 de Novembro de 2023.  
Aceito em 06 de Março de 2024.  
Publicado em 25 de Março de 2024.

## RESUMO

O artigo faz algumas discussões teóricas sobre experimento de cartografia social dinâmica que utilizou como ferramenta o Mapa Digital da Comunidade (MDC). Tem como objetivo analisar a percepção de lugar dos moradores da periferia de Sobral, Ceará, a partir de suas postagens e mapeamentos no MDC. O instrumento é um aplicativo para Smartphone que promove a integração entre redes sociais e mapas. Uma vez que o MDC é uma ferramenta nova, foi necessário divulgá-lo para os moradores da periferia de Sobral. A partir da análise das postagens dos moradores dos bairros periféricos, é notório que eles utilizam o aplicativo como um instrumento de conhecimento e empoderamento territorial. Pode-se inferir que, mesmo diante dos problemas presentes na periferia de Sobral, os moradores apresentam uma grande identificação e afetividade com o espaço onde moram.

**Palavras-chave:** Cartografia social dinâmica. Territorialização. Lugar. Periferia.

## ABSTRACT

The scientific paper does some theoretical discussions about the dynamic social cartography experiment which used the Community Digital Map (MDC) as a tool. It aims to analyze the place perception of the residents of the suburbs of Sobral - Ceará, based on its posts and mappings in MDC. The instrument of research is a Smartphone application that promotes the integration between social networks and maps. Since the MDC is a new tool, it was necessary to spread it to the residents of Sobral suburbs. Based on the analysis of posts made by the residents of peripheral neighborhoods, it is noticeable they use the application as a knowledge instrument and territorial empowerment. Thus, it can be inferred that, despite the problems present on the outskirts of Sobral, the residents have a strong identification and affection with the space where they live.

**Keywords:** Dynamic social cartography. Territorialization. Place. Urban periphery.

## RESUMEN

El artículo promueve algunas discusiones teóricas sobre el experimento de cartografía social dinámica que utilizó el Mapa Digital Comunitario (MDC) como herramienta. Tiene como objetivo analizar la percepción de lugar de los habitantes de la periferia de Sobral, Ceará, a partir de sus publicaciones y mapeos en MDC. El instrumento es una aplicación para *smartphone* que promueve la integración entre redes sociales y mapas. Una vez que el MDC es una nueva herramienta, fue necesario difundirlo entre los habitantes de la periferia de Sobral. A partir del análisis de las publicaciones realizadas por los moradores de barrios periféricos, se observa que ellos utilizan la aplicación como instrumento de conocimiento y empoderamiento

territorial. Se puede inferir que, a pesar de los problemas presentes en las afueras de Sobral, los habitantes tienen fuerte identificación y afecto con relación al espacio en que viven.

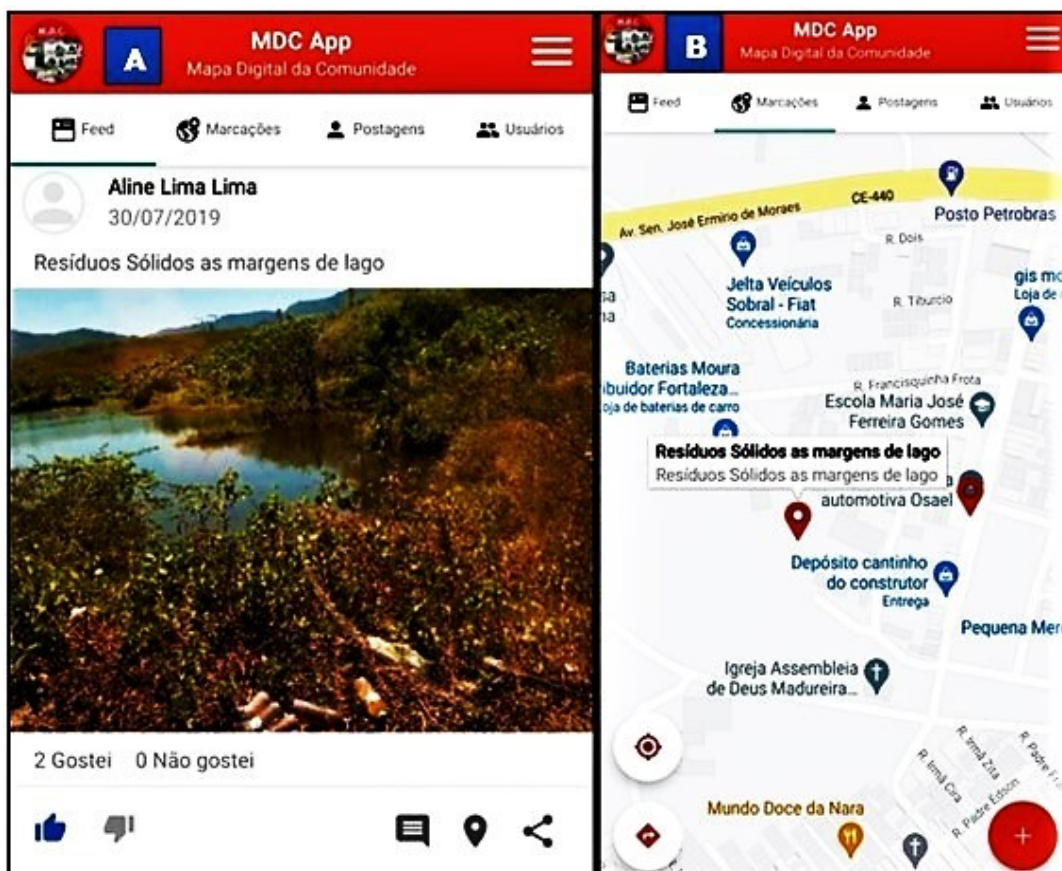
**Palabras clave:** Cartografía social dinámica. Territorialización. Lugar. Periferia.

## INTRODUÇÃO

O Mapa Digital da Comunidade (MDC) é um aplicativo para *smartphone* que está sendo usado como ferramenta de cartografia social. O MDC foi desenvolvido pelo Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas (Labome), na cidade de Sobral, no estado brasileiro do Ceará, e teve como parceiro inicial o Laboratório de Geoprocessamento (LABGEOP). Ambos são laboratórios da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). É uma rede social on-line com perfil individual que permite postar foto, áudio e texto. Pode-se também comentar as postagens. Tudo que é publicado, a partir do perfil individual e pode ser visto por todos os usuários cadastrados. O MDC é conectado com a base de dados do *Google Maps* e, no momento da publicação, o ponto é encontrado a partir do georreferenciamento. A partir dessa localização do ponto, produz-se o que se denomina, para efeito metodológico de pesquisa, um mapa digital da publicação (Figura 1).

33

Figura 1 - Imagem “A” mostrando postagem do MDC e a imagem “B” mostrando o mapa de localização da postagem produzido pelo MDC



Fonte: Lima – MDC (2019)

O MDC produz mapas digitais com fotos marcadas geograficamente pelo Sistema de Posicionamento Global (GPS) e pequenas histórias de cada local, publicadas pelos usuários em áudio ou em texto. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a percepção de lugar dos moradores da periferia de Sobral, CE, a partir de suas postagens e seus mapeamentos no MDC.

Com esse instrumento virtual, estuda-se a complexidade de práticas e as diferentes formas de uso e ocupação espacial apresentada na rede social, cartografada e adaptada ao experimento, aqui proposto. No campo virtual, esse experimento é entendido como intervenção determinada sobre algumas “condições”, as quais estão gerando resultados inesperados. Mesmo sendo uma ação controlada pela tecnologia da informação virtual, as eventualidades no seu uso são constantes. É exatamente essa dimensão do movimento impreciso, ou imprevisto, que provoca, na teoria e na prática, uma revisão que deve ser aplicada, descolada de um uso rígido das categorias analíticas e dos métodos previstos anteriormente, inclusive em situação em que há um instrumento que impõe determinadas condições de controle e limitação de ações.

Uma vez que o MDC é uma ferramenta nova, em um primeiro momento, realizou-se sua divulgação para os moradores da periferia de Sobral em órgãos públicos, especialmente em escolas, igrejas e organização de moradores. A equipe do Labome escolheu o bairro Vila União como o ponto de partida. Nesse espaço, o aplicativo foi divulgado em órgãos públicos e de casa em casa. Com base em um mapa produzido pela gestão municipal, a equipe foi dividida pelas ruas do bairro e as casas foram visitadas com câmera fotográfica, gravador digital e GPS para anotar a localização geográfica da futura postagem. As habitações fechadas no momento da passagem da equipe foram marcadas para que fossem visitadas em outra ocasião. Depois de duas tentativas, a equipe optou por desistir. Entretanto, quase 100 casas foram visitadas. A equipe fez fotos do local, gravou depoimentos e criou títulos em forma de texto; um material que gerou as primeiras 30 postagens. Optou-se por postar somente aquelas que tinham os três elementos completos: foto legível que facilitasse a identificação do local, texto e depoimento. Depois disso, ele foi assumido como instrumento de experimentação para pesquisa de aluno do mestrado em Geografia da UVA, o que obrigou os proponentes deste artigo a adotarem outras estratégias. Nas escolas, o aplicativo foi utilizado como ferramenta didática. Foram escolhidas instituições educacionais públicas que recebem jovens moradores dos bairros periféricos; um recorte geográfico escolhido pelos pesquisadores.

A partir do momento da divulgação e da utilização como instrumento didático nas escolas, surgiram outras postagens — com perfis mais variados em relação a estética da imagem, depoimentos e textos — que não passaram pelo crivo da equipe do Labome. Com essas postagens livres, que estão sendo analisadas, pode-se perceber que os usuários fizeram publicações sobre aspectos culturais dos bairros que moram, ressaltando espaços de lazer, pontos comerciais e problemas estruturais. Nesta pesquisa, foram selecionadas e analisadas algumas postagens feitas no período entre janeiro de 2018 e maio de 2019.

Do ponto de vista metodológico, o artigo explora um exercício de etnografia virtual. Acompanhando a reflexão de Hine (2000), entendemos, aqui, que esse tipo de etnografia não é, necessariamente, uma substituição a um suposto modelo convencional em que a relação entre os interlocutores e as interconexões presenciais exigem do pesquisador uma imersão no mundo selecionado para pesquisa. Isso provoca a revisão de seu projeto de conhecimento com base no aprendizado compartilhado corporalmente com pessoas, objetos, valores, relações e demais afecções envolvidas, inclusive porque essa experiência, compartilhada a partir de constantes contatos presenciais com os interlocutores, também aconteceu durante a pesquisa que fundamenta este artigo. E, além de produzir fontes de reflexão por meio de contatos presenciais, foram produzidas fontes em plataforma virtual via MDC, as quais serão o real foco deste artigo.

A diferença é que, aqui, o artefato cultural tecnológico de comunicação e o que ele produz como agência de construção de sentido é que vão ser entendidos como fonte, e não tanto a experiência presencial, apesar de entendermos que tal experiência foi imprescindível para proporcionar a nossos interlocutores virtuais o acesso ao MDC. O artefato cultural tecnológico tem um programa que aponta para algumas possibilidades de comunicação no que o interlocutor vai publicar, dando, também, alguns limites. Ao usuário é permitida uma espécie de expansão e, ao mesmo tempo, adaptação da comunicação da subjetividade para além das pessoas do seu

convívio cotidiano. Assim, o cuidado com “o que” e “como” vai publicar passa a ser adaptado ao tipo de ambiente em que a comunicação vai se fazer presente. Nesse caso, essa fonte virtual deve ser lida considerando o programa, a tecnologia usada e os limites e possibilidades de comunicação em rede social com mapas produzidos na forma dinâmica oferecida pelo MDC. Contudo, o desejo e a forma com que a comunicação aparece não podem abrir mão, totalmente, das condições sociais mais amplas em que o sujeito está situado. Isso vai aparecer de forma mais clara no decorrer da análise aqui proposta. Entretanto, antes disso é importante entender melhor as bases teóricas em que nossos argumentos se fundamentam.

## CARTOGRAFIA SOCIAL E MAPAS DINÂMICOS

Os mapas consistem em formas de saber socialmente construídas que apresentam uma abstração do espaço geográfico. São uma forma manipulada de produção de conhecimento que serve para várias disciplinas acadêmicas. Na ótica de Martinelli (2006, p. 8), “[...] a finalidade mais marcante em toda a história dos mapas, desde o seu início, parece ter sido aquela de estarem sempre voltados à prática, principalmente a serviço da dominação, do poder.” Os mapas são imagens que apresentam uma intencionalidade, geralmente a serviço da elite. São abstrações potentes que permitem a seu usuário um controle sobre o território, permitindo planejar, de forma eficaz, modelos de intervenção que visam a atender a determinados interesses.

A cartografia acompanhou as transformações presentes no meio técnico-científico-informacional, e mapas continuaram sob domínio dos detentores do grande capital das entidades hegemônicas, seja no campo político e econômico ou no campo da produção do conhecimento científico. A tendência é excluir setores da sociedade que não estão inseridos nesses campos de poder e saber, colocando-os à margem do processo criativo de cartografias que possam lhes servir. Para romper com essa elitização na confecção e utilização dos mapas, surgiu a Cartografia Social, assim designada por Acselrad e Viégas (2013, p. 17): “[...] a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos por grupos populacionais historicamente excluídos dos processos de tomadas de decisões.” Essa metodologia de mapeamento possibilita o empoderamento territorial de grupos sociais excluídos, além de propiciar a manifestação de suas identidades e a percepções de seus lugares.

Diante de um mundo globalizado, com transformações constantes, tanto a cartografia (dita oficial) como a Cartografia Social precisam de um modelo de mapeamento que acompanhem as metamorfoses e permitam um maior controle da dinâmica socioespacial. Assim, a ideia é que o MDC, por ser um instrumento de controle, seja usado por aqueles que não têm poder institucional, mas que agora já podem, por meio dele, controlar o território que usam.

No final do século XX, o mundo sofre profundas transformações socioespaciais associadas à disseminação das tecnologias da informação e liberalização das economias. Nesse contexto, a atividade mapeadora sofre os efeitos de mudanças técnicas, o que permite expandir seu campo de ação e o universo dos sujeitos que ela envolve, como é o caso recente do advento das tecnologias digitais na produção cartográfica.

O MDC surge como uma possibilidade de acompanhar a dinâmica espacial, pois, segundo Martinelli (2006, p. 71), “[...] do ponto de vista metodológico, as representações dinâmicas constituem ainda hoje um grande desafio para a cartografia. Podemos dizer que se trata de uma busca consciente em prol da sistematização de uma cartografia dinâmica.”

De acordo com Acselrad e Coli (2008), a produção de mapas que demandam a utilização de ferramentas cartográficas mais avançadas — como os sofisticados Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) — embora permita um uso bem mais sutil das cores, camadas e grupos de dados, aumenta a distância entre as pessoas das comunidades (não formadas para seu uso, mas

detentores do conhecimento local) e os técnicos que produzem os mapas. O saber técnico-científico vem acompanhado de um sistema de representações de autoridade que tendem a resguardar a conduta e a ação como a mais certa, precisa e verdadeira, em detrimento de um saber convencionalmente chamado de senso comum (ou vulgar) associado aos não técnicos.

Como nos estimula Geertz (2007), deve-se pensar que, na formação do pesquisador, existe um sistema organizado de formas de entendimento já estabelecidos, que direciona o método. O que perdemos, em alguns momentos, é a percepção de que, quando aplicamos esse método na realidade prática, abre-se a possibilidade de inovação, pois a experiência nos impulsiona a tomar outros caminhos não convencionais para traduzi-la. Geertz (2007) propõe um método para entendermos os conhecimentos dos “nativos”, que são sempre diferentes do ponto de vista do pesquisador. Isso provoca misturas de gênero para analisar as experiências de pesquisa, além de provocar uma necessidade de adaptação e reformulação de conceitos e categorias por parte do pesquisador, misturando conceitos próximos da experiência e distantes da experiência. Um experimento, qualquer que seja ele, pede essa postura de aprendiz para o pesquisador, invertendo a lógica ainda presente no campo científico, que o coloca como aquele que sabe e que, portanto, é sujeito em relação aos “objetos”.

Aqui, pensa-se que a relação entre sujeito e objeto tem de ser redefinida. Ela vai além da produção de conhecimento sobre determinados recortes espaciais. As diferentes agências individuais afetam e são afetadas, criando uma simetria de sensações, movimentos e transformações de percepções e atitudes perante o mundo vivido, entre pesquisador e pesquisado, seja com outros elementos mediadores, seja em processos de imersão de relações que provocam, diretamente nos corpos dos envolvidos, afecções múltiplas.

Como nos faz pensar Latour (1997), pode-se entender o processo de pesquisa como constituinte e constituído em rede de agências múltiplas entre pessoas, objetos, coisas, instituições e discursos que descentralizam as percepções e ações do pesquisador, promovendo transformações. O conhecimento não é uma obra pronta e acabada. É parcial, no duplo sentido: é constituído por afetos — e afeta — e é mediado por uma política e moral sobre a experiência. É uma intervenção que visa a produzir um sentido que não corresponde, necessariamente, a explicação ou interpretação da experiência. É mais do que isso, é uma agência que visa a provocar sentido para aquele que lê o seu relato textualizado ou comunicado por outras linguagens. Não se pode fazer confusão, entendendo que afeto é somente expressão de sentimentos. De fato, são estímulos que vão além dos sentimentos, sem excluí-los, e que promovem mudanças. O efeito de uma agência que intenciona provocar transformações, mesmo que essas sejam mediadas por cuidados próprios do que se espera, como conveniente e de bom senso, no campo do rigor científico.

Mas é um rigor que está conectado a uma noção alargada de agência. Latour (1997) apresenta uma noção que descentraliza a ação das mãos do ser humano de forma exclusiva. Todos os actantes no contexto de relações entre humanos e não humanos são agentes. Esse conceito passa a ser entendido com fluxo múltiplo de ação, inclusive do espaço geográfico e do tempo. No caso desta pesquisa, o MDC deixa de ser somente o resultado da ação humana, ou um artefato cultural no sentido passivo do termo, e passa a ser entendido também como um agente que afeta os corpos individuais de alguma forma. A performance passa a ser central nessa postura epistemológica, e entendida não somente como ação corporal, mas como fluxo de ações rizomáticas múltiplas.

Dessa forma, o MDC, por ser um aplicativo grátis e de fácil acesso, visa a romper com essa lacuna na produção de mapas que demandam novas tecnologias, além de estar inserido no contexto da comunicação por meio das redes sociais. Na ótica de Taylor (2010), a comunicação cartográfica assume uma nova importância na era da informação e novos desafios são apresentados. Esses envolvem a criação de produtos para melhorar a eficácia da transmissão de informação e um melhor entendimento do processo de comunicação.

O surgimento de programas que permitem o mapeamento on-line acrescentou formas de expressão à cibercultura. Assim, por meio de tecnologias que permitem aos internautas construir seus próprios mapas de diferentes maneiras, a sociedade conectada criou um modo de mapear o espaço, inventando a prática cartográfica da cultura digital. Para Duarte (2008), a cartografia vem tornando-se uma linguagem visual mais universal, entendendo que essas imagens vão além da representação abstrata, pura e simples. São conceitos que visam a afetar aqueles que têm relação com a imagem. Produzem agências que visam a provocar determinadas percepções sobre o mundo.

A imagem tem uma ambiguidade inerente a sua forma de expressão. Ela, dependendo da maneira como é exposta, pode provocar, no interlocutor, recepções do que o transmissor quer passar; mas, ao mesmo tempo, a imagem estimula outras formas de pensar que podem contrariar aquele que a produziu. A forma de leitura da imagem não é a mesma de um texto. O texto é linear e, no caso do nosso modelo de sociedade a que batizamos “ocidental”, deve ser lido da esquerda para a direita. A imagem não retrata a realidade. É uma montagem que pode ser lida em várias direções, com mapa de cores, elementos sobrepostos e organizados de diferentes formas. Isso coloca uma dificuldade adicional àquele que precisa expressar algo por meio de imagens. Por isso que se cria, no caso dos mapas, um sistema de padronização e um método apropriado para produção e leitura. Entretanto, isso gera um problema para aquele que o produz, já que aquilo que ele tenta representar está em constante movimento e transformação, especialmente — mas não exclusivamente — quando se fala de sociedade e cultura.

A importância do processo de construção de mapas a partir das postagens on-line se dá em razão desse aspecto dinâmico das transformações socioespaciais e culturais, pois, uma vez que o território é fluidez, o mapa, como um instrumento de representação estático e parado no tempo, não dá conta de mostrar as constantes transformações no território e as territorializações em andamento. O mapa participativo e dinâmico pode informar e redefinir ideias sobre o território e sobre a identificação dos moradores com o lugar.

Esse processo de produção permite a formação de um mapa dinâmico que frequentemente sofre alterações, pois está diretamente vinculado aos anseios daqueles que o estão constantemente modificando. Assim, esse mapa jamais é fechado; é um processo, um mapa em movimento. O seu conteúdo é situacional, o conhecimento produzido a partir dele é do momento da postagem e as reivindicações são relacionadas ao presente. As postagens podem também evocar outros tempos e momentos, lembrando acontecimentos relacionados ao passado. Mas, não podemos esquecer que a lembrança é sempre acionada no presente da postagem, sendo redefinida e adaptada aos interesses do momento. Para Acselrad e Viégas (2013), garantir a autonomia dos grupos e das pessoas ao escolherem o que vai ser publicado, no momento de produção dos mapas, tem um papel decisivo nas funções políticas que os mapas possam vir a adquirir dentro de cada contexto específico.

Uma vez que a sociedade está inserida em um processo contínuo de transformação, os mapas também precisam seguir essa lógica, ou seja, estar em constante movimento para permanecerem em sintonia com as metamorfoses do espaço. Além disso, os mapas precisam apresentar uma linguagem de fácil entendimento para a comunidade, uma vez que jamais devem perder a essência da comunicação. Duarte (1991) entende que os mapas podem ser simples, com sistema de cores e símbolos compreensíveis para leigos. O mapa, para o autor, não pode ser visto como complexo. Pelo contrário, deve ter uma linguagem clara, de acordo com sua finalidade.

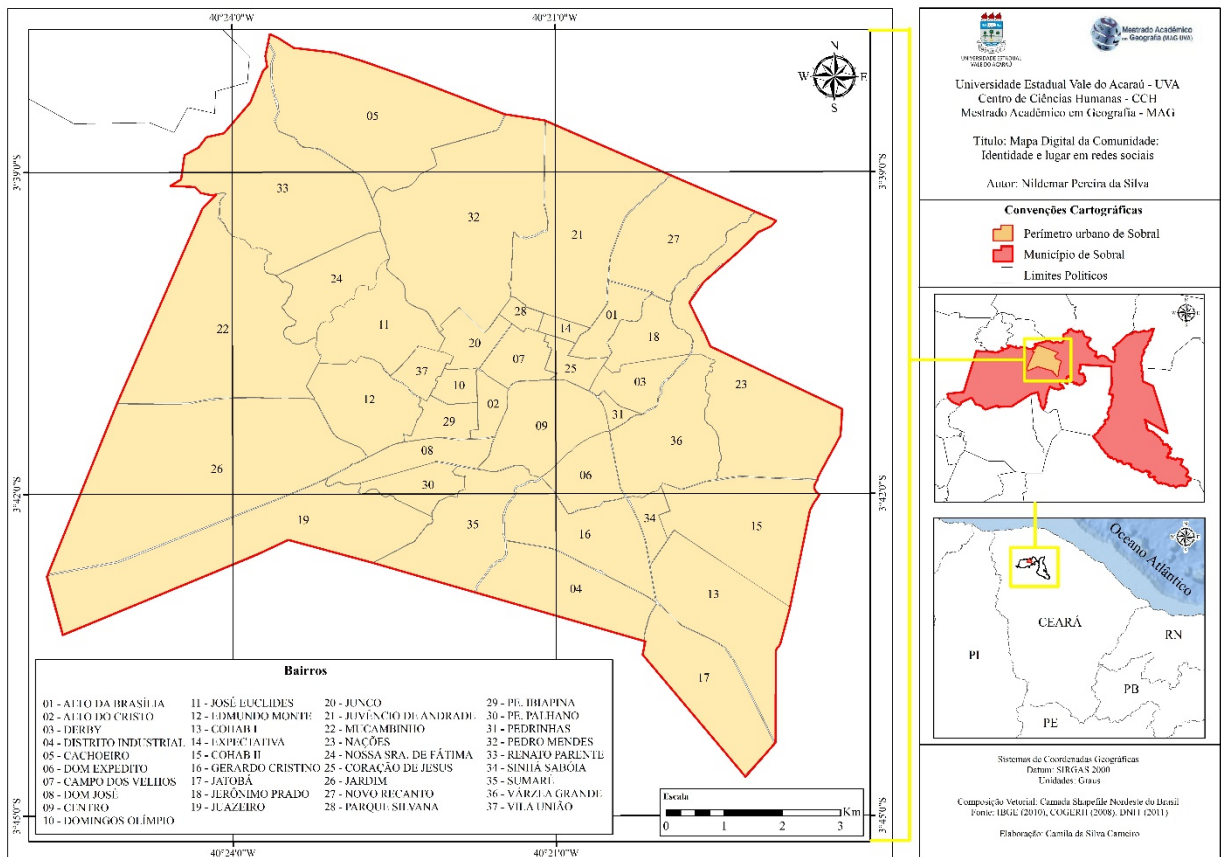
O mapa social tem uma função simbólica, pois, além de ser idealizado por anseios, desejos e afetos da comunidade envolvida, dissemina esquemas de percepção do espaço que vão ganhando visibilidade, à medida que o conhecimento do território se torna também um meio de (re)produção desse território, no sentido já exposto aqui.

Almeida (2017) aponta que os mapas sociais se tornaram instrumentos contemporâneos de mobilização social por apresentarem uma alternativa no entendimento da realidade, da abstração espacial e de condutas propositivas para o território. Na configuração territorial marcada pelo meio técnico-científico, a produção do espaço envolve um conjunto de processos ainda mais articulados. Nessa configuração, Fitz (2008) enfatiza a necessidade de uma intervenção visando a uma melhor compreensão do espaço geográfico e das relações da sociedade com o ambiente onde vive. Para atingir essa finalidade, é constante a procura por novos instrumentos. Nesse contexto, a cartografia deverá se interessar mais pelos processos do que pelas formas, além de conhecer e resolver, cada vez mais, a representação dessa dinâmica.

**MAPAS SOCIAIS: TERRITORIALIZAÇÃO, IDENTIDADES E LUGAR**

Sobral, a “princesa do norte cearense”, é uma cidade média, com população de 188.222 habitantes, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Situada na porção noroeste do Ceará, entre as coordenadas de 3° 41' 10", latitude sul, e 40° 20' 59" de longitude oeste, a 230 quilômetros da capital Fortaleza (Figura 2).

Figura 2- Mapa de delimitação oficial da cidade Sobral - CE



Fonte: Carneiro (2019); Silva (2019); Google Earth (2019)

O mapa mostra, mas também esconde. Como cabe frisar, ele apresenta a localização e a delimitação dos bairros de Sobral, mas não mostra as áreas da cidade que são excluídas das políticas públicas e apresentam problemas de falta de infraestrutura básica que garantam o bem-estar dos moradores: a periferia da cidade. Isso ocorre porque não podemos, diante de uma sociedade complexa e contraditória, classificar o que é periferia apenas pela ótica geométrica, ou seja, como aquilo que está distante do centro, pois, nas cidades capitalistas, existem bairros nobres distantes dos centros e áreas marginalizadas na região central das cidades.

Desde o final do século XX, Sobral tem vivenciado um processo de urbanização, acompanhando tendência nacional, com investimentos nas áreas prioritizadas, especialmente aquelas que podem gerar visibilidade política ou atividade econômica rentável. Em contrapartida, os migrantes de baixa renda, que buscam uma “vida melhor” em Sobral, acabam sendo alojados em algumas áreas periféricas da cidade. Na ótica Corrêa (1996), são espaços sem infraestrutura e saneamento básico, pois a ocupação nem sempre é promovida por racionalização e planejamento urbano ou habitacional do poder público, mas por ocupações promovidas pelos movimentos populares ou organizadas por políticos locais.

Geralmente, essas áreas ocupadas por migrantes pobres têm sérios problemas sociais, especialmente falta de infraestrutura; mas, também apresentam muitos aspectos positivos, como as atividades culturais desenvolvidas por determinados coletivos e grupos sociais. Diante do cenário de contradições presente na cidade, Haesbaert caracterizou Sobral como espacialmente “esquizofrênica”. Segundo ele:

Sobral tem “Arco do Triunfo” (de Nossa Senhora), “MIT” e “Cristo Redentor”. Sobral tem “revitalização” da beira-rio, tem condomínio fechado, condomínio vertical embargado (por contravenção ecológica), tem internet grátis na praça (e em breve terá sem fio por toda a cidade), Sobral tem remoção de população pobre, tem indústria “deslocalizada”, tem lavadeiras estendendo roupa nas calçadas reluzentes do parque, tem museu de arte moderna com obras de todo o mundo, tem casa-museu de bispo ultraconservador, que sonhava fazer da cidade sua “Pequena Roma” (HAESBAERT, 2010, p. 214).

Dentro dessa realidade esquizofrênica de Sobral, é perceptível a dicotomia entre “bairros ricos” e “bairros pobres” (a periferia do “povão” da cidade). Freitas (2010) diz que na periferia de Sobral existem bairros que vão crescendo, sem o acompanhamento das políticas públicas de habitação, saúde, educação, assistência social e urbanização. Muitas ocupações são feitas sem planejamento prévio do arruamento e da forma de habitabilidade. Assim, esses moradores precisam, constantemente, lutar por melhorias em seus territórios. Pois, a periferia é territorializada por indivíduos que sentem afetividade pelo espaço habitado e praticado diariamente, e pensam e elaboram estratégias para melhorar esse lugar.

Para entender a relação da comunidade com o espaço e suas experiências, é imprescindível conhecer o conceito de “lugar”, que, aqui, ajuda a entender outro conceito: o de “bairro”. Conforme destaca Certeau (1998), os moradores associam o bairro a lugares. Um bairro pode ter vários lugares, mas também pode ser definido como um lugar. Entretanto, no caso do bairro, o poder de nomeação é oficializado pela gestão municipal, ao mesmo tempo em que pode ser segmentado em lugares ou pensado por seus moradores, em seus limites, de forma diferente da oficial.

Para entender o que é um bairro, vale a pena frisar que não dá para definir com precisão o que realmente esse termo significa do ponto de vista conceitual e territorial. Não é nada mais do que uma construção arbitrária e administrativa por parte do poder público, virtual e livre, e por parte do morador. Ao mesmo tempo, é uma convergência e divergência de extensões fluidas por parte do morador que não corresponde a um território homogêneo de ordem moral, religiosa, ideológica, social e econômica, apesar dos esforços dos seus habitantes em criar consensos sociais. Seus limites são imprecisos quando comparados os que são definidos pelo poder público aos que são falados pelos moradores.

Certeau, Giard e Mayol (1996) definem o lugar bairro como um esforço de organização coletiva de trajetórias individuais que definem lugares a partir de usos que visam a atender desejos, necessidades, potências e afetos no cotidiano. As relações efetuadas nos encontros e desencontros são aleatórias, pensadas no momento, na experiência vivida nas situações. Nesses espaços, é impossível não encontrar os conhecidos, mas não é possível prever quem, onde e quando. Há uma tensão entre necessidade de formalizar encontros e definir lugares próprios, assim como existe uma vontade de construção de trajetos usuais. Mas, ao mesmo tempo, o



aleatório, o não controlável pelo usuário do espaço faz com que seja acionado, no morador, um sentimento de “defesa” de um território pensado por ele como próprio de uma forma de identificar lugares como peculiares de determinadas atividades e práticas, já que a ameaça da imprecisão acaba tencionando a precisão e segurança das relações. A busca pelo reconhecimento pessoal no “seu lugar” é sempre ameaçada pela busca dos outros moradores que formam uma comunidade indecisa e em disputa, ao mesmo tempo em que se esforça para construir uma unidade.

Nesse sentido, deve ser relativizado o fato de pensar o bairro a partir de um determinado feixe de relações sociais, formando uma “comunidade” em função da pessoalidade fundada no forte reconhecimento social entre seus moradores. Duarte (2002) afirma, o que é corroborado aqui, que é comum pensar que o bairro — especialmente o periférico, formado por casas conjugadas, pequenas, com estrutura precária e que não favorece a “privacidade” do morador — como supostamente habitado por pessoas que partilham de sentimentos recíprocos, produzindo um suposto consenso ou modo comum de perceber e agir no espaço.

Entretanto, não é assim que, empiricamente, está se constituindo o bairro. Os conflitos, as diferenças internas e os dissensos sociais estão presentes no local, acompanhados de investimentos na consolidação de identidades. O lugar bairro pode ser segmentado por vários outros lugares, criando territórios plurais que, inclusive, podem ser motivo de rivalidades entre grupos.

Diante da necessidade de convivência, Certeau, Giard e Mayol (1996) afirmam que o indivíduo é obrigado a levar em conta os esforços difusos e contrários, assim como os convergentes de construção de modelos de relações sociais. A obrigação não é pensada pelos autores somente no seu sentido repressivo. Estão, também, pensando que, ao estar em relação com seus pares, isso obriga a negociar práticas e discursos para constituição de laços ou vínculos. Há uma convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível pelo usuário do bairro, de como deve se comportar ou se comunicar. Essa convenção está em pontos de escape que permitem mobilidade relacional.

Nessa linha de raciocínio, Tuan (1983) associa o conceito de lugar às relações de afetividade e sentimento das pessoas com o meio em que vivem. O lugar tem muitos significados que são atribuídos pelas pessoas e traduzem os espaços com os quais as pessoas têm vínculos mais afetivos e subjetivos. Para Tuan (1983, p. 6), “[...] o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.” Acrescentamos, aqui, somente a dimensão da tensão entre construção de estabilidade e as agências que provocam instabilidade nas relações do cotidiano, fazendo o lugar ser entendido por variantes que, nem sempre, são consensuais.

O contexto do meio-técnico-científico-informacional da globalização acaba afetando as dinâmicas multiformes do espaço geográfico e o tempo do cotidiano, marcados por contradições. É mais um agente dentre os múltiplos que afetam as dinâmicas locais. As marcações no MDC não poderiam mostrar algo diferente. Uma vez que existe uma busca pela homogeneização das várias esferas da vida social no âmbito global, há, também, uma contrarracionalidade na esfera local. Assim, na ótica de Cavalcanti (2013), é necessário compreender a globalidade, incluindo a análise das particularidades dos lugares. Por sua vez, os lugares não podem ser entendidos em si mesmos. A especificidade do lugar deve ser inserida na mundialização, já que não é isolada do mundo.

Nesse contexto, o lugar não seria explicado exclusivamente por sua relação com a totalidade. Santos (2014) diz que é no lugar que o mundo é percebido empiricamente. Complementamos que o lugar seria uma expressão do todo de um jeito próprio dele. Portanto, resguarda uma lógica que repercute movimentos mais amplos, ao mesmo tempo em que gera especificidades em relação à forma de apropriação desses movimentos pelos diferentes agentes

individuais que o habitam. A apropriação resguarda poder de uso, misturas múltiplas e tensões que são resultantes de manipulação subjetiva.

O conceito de lugar, nesse sentido, tem um caráter subjetivo, uma vez que cada indivíduo traz a memória e a experiência direta com seu espaço, com o seu lugar. É a partir desse envolvimento com o local agenciado pela territorialização dos indivíduos que se adquire tal pertencimento. Para Santos (2006, p. 212), “[...] os lugares são vistos como intermédio entre o mundo e o indivíduo.”

Michel de Certeau (1998) ajuda a compreender o lugar para além da dinâmica da reprodução da vida material — mas sem descartá-la — ampliando sua definição. Enfatiza a maneira como cada indivíduo vê e define o lugar. Assim, conforme Certeau (1998), o lugar é o ordenamento de formas de relações e de coexistência. Incorpora uma “lei” que o define como próprio e, ao mesmo tempo, distinto. É uma configuração situacional de posições, indicando estabilidade e, ao mesmo tempo, tensão.

Nesse caso, o autor valoriza a agência cotidiana dos indivíduos para territorialização do lugar, fugindo da armadilha da propriedade estável de características espaciais e recusando a exclusividade do coletivo como agente de construção do território, pois o indivíduo também é agente.

O espaço, para Certeau, é movimento, tensão e contradições instáveis; para o autor, durante esse movimento, e por meio de suas astúcias e práticas cotidianas, os indivíduos vão criando propriedades, mesmo que contextuais e fluidas, sem consistências definitivas, que definem como lugares e defendem como seu território. São movimentos contraditórios que permitem visualizar a territorialização do espaço.

Diante da dinâmica socioespacial, presente no ambiente habitado (re)construído, Certeau, Giard e Mayol (1996) salientam que lugar (aqui relacionado à ideia de bairro) é objeto de consumo do usuário que o “privatiza”, simbolicamente falando, mesmo que o espaço seja público. Esse ato é sustentado pelo conhecimento do lugar, dos trajetos cotidianos, das relações da vizinhança acionada, pela política e pela moral, pelo domínio da economia local com o comércio material e simbólico do bairro, pelos sentimentos e afetos difusos por estar no território (etologia), dentre outros elementos. A tensão e a combinação de tudo isso culminam na organização de dispositivos sociais e culturais que favoreçam um “conhecer o bairro” como lugar de reconhecimento.

Acrescentamos, com base em Certeau (1998), que o lugar e o espaço não podem ser pensados somente enquanto sentimentos aplicados à territorialização. São também agências pragmáticas, acionadas no tempo do cotidiano, visando a interesses que não passam, necessariamente, somente por sentimentos e emoções, mas envolvem dinâmicas que passam por materialidades e imaterialidades, conflitos e sinergias muito pouco controláveis pelo indivíduo, apesar dos esforços para a efetivação desse controle.

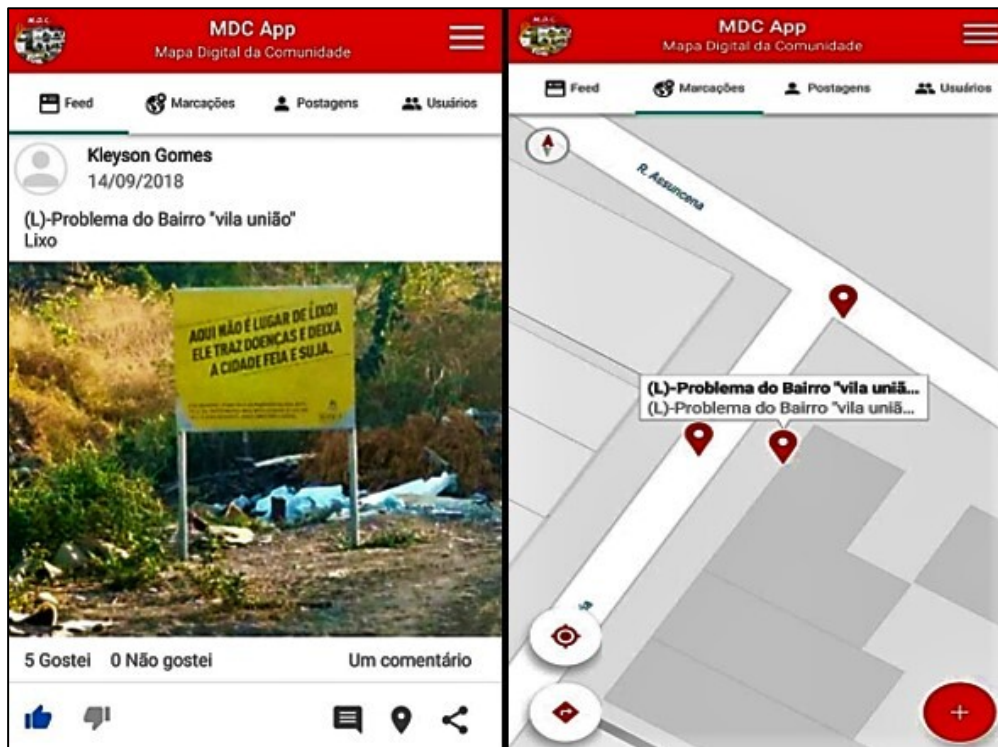
Conforme Certeau, Giard e Mayol (1996), o bairro/lugar é o espaço de passagem pelo outro; intocável, porque é distante, e, no entanto, passível de reconhecimento por sua relativa estabilidade. É o espaço de uma relação com o outro como ser social, exigindo um tratamento espacial. Sair de casa, andar pela rua é efetuar, sobretudo, um ato cultural não arbitrário; inscreve o habitante em uma rede de sinais sociais que lhe são preexistentes. Dentro dessa relação de convivência, Santos (2008, p. 112) diz que “[...] os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares”.

A experiência diária no ambiente habitado precisa de uma técnica do (re)conhecimento do espaço social. As relações sociais e as transformações no espaço foram alteradas pela revolução técnico-científica que culminou com a disseminação de tecnologias nos sistemas de informação e comunicação. Assim, o MDC pode contribuir para (re)conhecimento das

mutações na territorialização no cenário da compressão do tempo-espaço do bairro, desde que seja apropriado pelo morador.

Os mapas, além de servirem como instrumento para aprender a ler e entender o território em um determinado sentido, permitem perceber os problemas do espaço e pensar transformações possíveis. O depósito de resíduos sólidos em locais inapropriados é denunciado pelos moradores da periferia de Sobral (Figura 3).

Figura 3 - Imagem da denúncia de lixo em local inapropriado no bairro Vila União e o mapa de localização produzido pelo MDC



Fonte: Gomes – MDC (2018).

Conforme Serpa (2011), a apropriação socioespacial dos meios de comunicação (nesse caso, o MDC) pode fundamentar a construção de uma estratégia coletiva de planejamento participativo na qual as diferenças e a autonomia dos participantes sejam os valores norteadores para o desenvolvimento, a implementação e a gestão de programas, planos e projetos de interesse da população.

No processo de territorialização, o habitante cria sentimentos com o espaço apropriado. Por isso, o morador de um lugar, além de defender seu lugar de outros possíveis ocupantes, denuncia problemas, visando às possíveis transformações positivas. Mas, por outro lado, também mostram os aspectos positivos. É importante lembrar que as postagens que parecem críticas e lamentos não são uma simples denúncia, pois o interlocutor-alvo, de fato, não é quem teria o poder oficial de mudar. A denúncia é contra a violência, mas ela vem do estado também. De fato, entendem que a agência cultural que realizam — no caso daqueles que se envolvem com ela — provoca a mudança e a resistência contra a violência que vem de dentro, causada pelo “sistema” e pelo estado. O cenário positivo não é só no sentido de mostrar que o bairro é bonito, mas também que não estão esperando vir de outro lugar a mudança. Já estão meio “saturados” de esperar. A mudança vem das ações deles próprios, resistindo e lutando.

No cenário do meio técnico-científico-informacional e ciberespaço, os moradores utilizam as redes sociais para mostrar a paisagem de seu lugar ao mundo. Nesse contexto, a

Cartografia Social precisa acompanhar esse mundo, chamado de “tempo real”, onde as transformações também são aceleradas e fluidas. Para Landin Neto, Silva e Costa (2016), as ações dos processos e produtos da Cartografia Social devem considerar as pessoas envolvidas. O mapa deve ser uma construção coletiva, sendo o pesquisador um mediador.

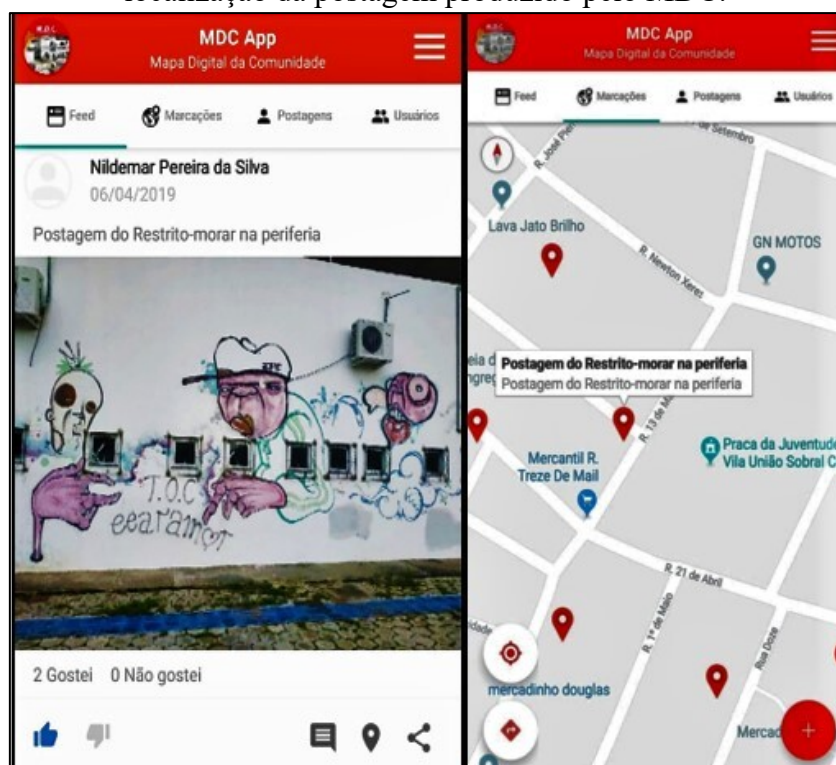
Conforme Landin Neto, Silva e Costa (2016) a Cartografia Social propicia empoderamento das relações locais com valorização dos aspectos culturais: tradições, saberes e identidades culturais. Fomenta o aprimoramento da rede de proteção social a partir das proposições de ações e políticas públicas que devem ser implementadas, tendo em vista o fortalecimento comunitário. Entretanto, essas ações públicas não viriam, necessariamente, do estado. Poderiam vir do processo de mobilização e intervenção no espaço.

O morador de um lugar expressa suas subjetividades por meio de imagens, procurando mostrar o que existe de positivo no meio em que vive e fazer uma “propaganda” de sua arte.

O conhecimento que os moradores possuem de seus lugares é fundamental para a tomada de decisões e precisam aparecer nos mapas. Nesse contexto, Landin Neto, Silva e Costa (2016, p. 67) dizem que “[...] o escopo da Cartografia Social está direcionado no sentido da construção do conhecimento integral do território, a partir da junção e representação de percepções das populações no processo de mapeamento participativo.”

Um exemplo concreto do que se aponta teoricamente é o caso do Restrito, rapper do bairro Terrenos Novos. Ele mapeia o grafite presente na praça da juventude localizada no Bairro Vila União (Figura 4). Também enaltece o cotidiano e a cultura da periferia, pois, no áudio da sua publicação, observa-se que o objetivo é mostrar “[...] a arte na parede que tem aqui, o grafite, e mostrar que a favela também tem arte, tem cultura [...] e aquelas pessoas que criticam só o fazem porque não pisam aqui, não sabem como é.”

Figura 4 – Imagem mostrando a arte de grafite na praça da juventude no bairro Vila União e a localização da postagem produzido pelo MDC.



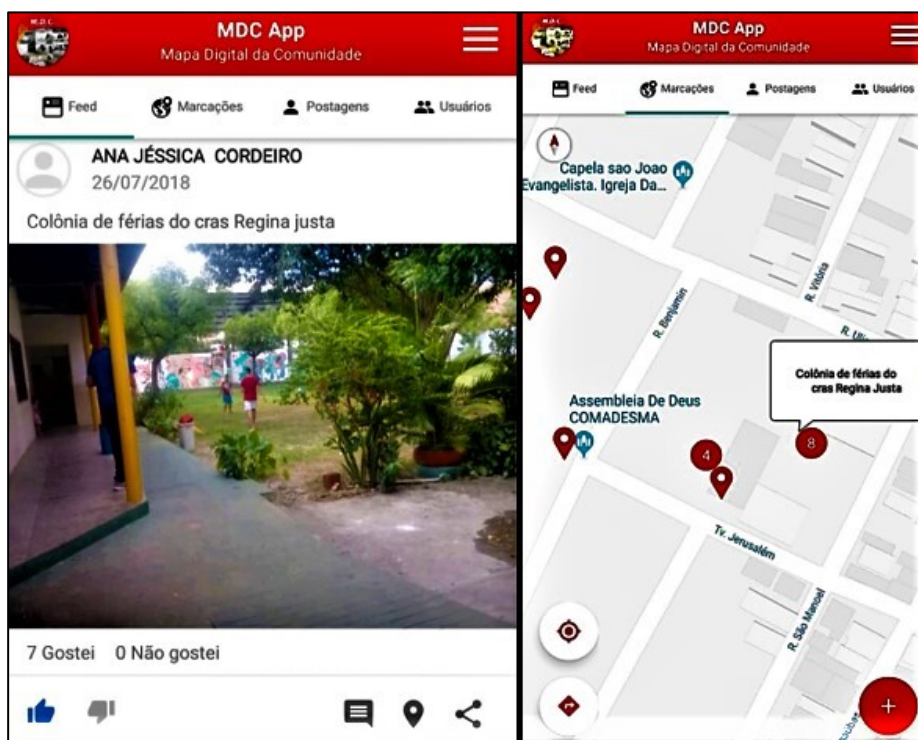
Fonte: Restrito – MDC (2019)

Para Raffestin (1993), as imagens territoriais revelam relações de poder existentes no espaço. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes,

encontram-se atores sintagmáticos que (re)produzem o território. Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 204) dizem que “[...] um lugar habitado pela mesma pessoa durante um certo tempo, esboça um retrato semelhante, a partir dos objetos (presentes e ausentes) e dos costumes que supõem”.

Ana Jéssica Cordeiro mapeia a colônia de férias do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) Regina Justa, localizado no bairro Vila União (Figura 5). Para Certeau, Giard e Mayol (1996), a prática do bairro é, desde a infância, uma técnica de reconhecimento do espaço enquanto social, e permite criar identidade com o território, tornando-o em seu lugar. No bairro, a criança cresce e acumula, na memória, mil fragmentos de saber e de discurso que, mais tarde, determinarão sua maneira de agir, de sofrer e de desejar.

Figura 52 - Imagem mostrando a colônia de férias CRAS Regina Justa localizado no bairro Vila União e do mapa de localização produzido pelo MDC

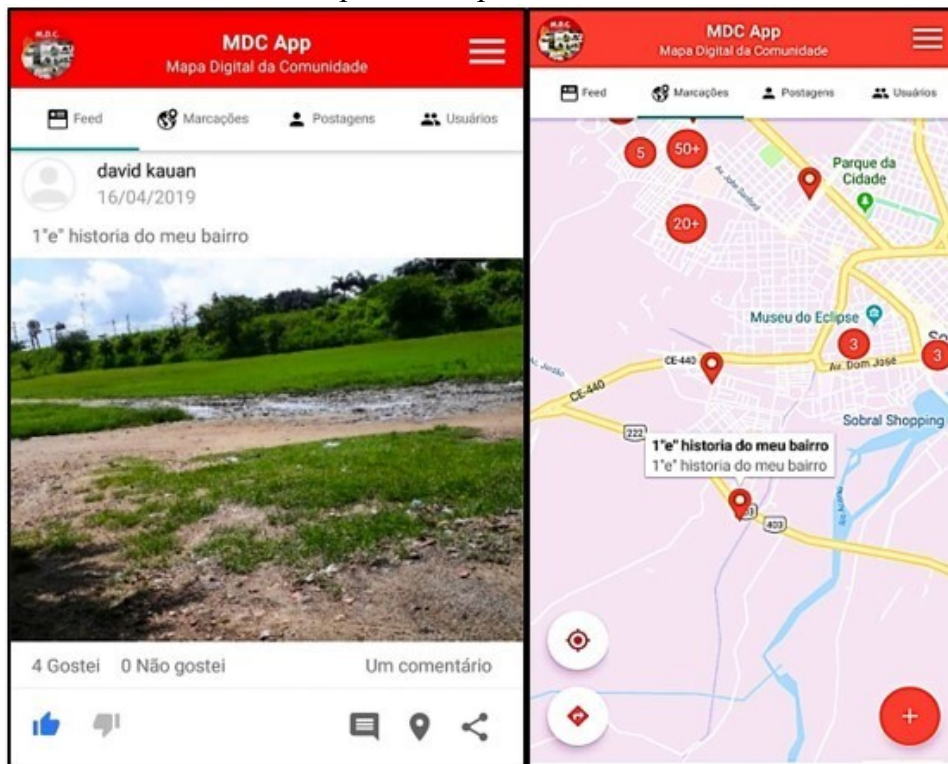


Fonte: Cordeiro – MDC (2018)

É notório, na imagem, que o CRAS é um espaço onde a comunidade está presente, pois é possível observar a presença de grafites, uma prática social que possui uma linguagem muito utilizada por jovens da periferia de Sobral. Saquet (2015) diz que o homem cria linguagens para se comunicar, conhecer o ambiente em que vive e socializar práticas espaciais e representações que contêm, portanto, conteúdo político-ideológico direcionado, e que são elaboradas de acordo com os objetivos e as metas de indivíduos, grupos e classes sociais, e contextualizadas em cada relação espaço-tempo-território de vida.

Para Tuan (1983, p. 83), “[...] quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar.” Esse efeito de afetividade com o lugar pode ser percebido na postagem de David Kauan (Figura 6), em que ele mostra o campo da Tubiba, localizado na periferia de Sobral, como símbolo da história de seu bairro. Contrariando a visão preconceituosa que caracteriza essa parcela da cidade como violenta, ele afirma que o lugar onde mora “[...] é um lugar maravilhoso de se morar. É um lugar tranquilo e relaxante, e não tem perigo nenhum em morar. Aqui mora só povo de família.” A expressão “povo de família” é sinônimo de pessoa de família honesta, honrada e de boa índole, nas palavras do jovem.

Figura 6 – Imagem do Tubiba no bairro Sumaré e mapa de localização da postagem produzido pelo MDC.



Fonte: David Kauan – MDC (2019)

Os moradores da periferia apresentam, em suas postagens no aplicativo, uma potência de identificação com o local de vivência, pois insistem em falar da afetividade e do sentimento de pertencimento da comunidade com o lugar. Segundo alguns, esse sentimento está expresso em suas práticas e modos de vida. Assim, percebe-se que a periferia é produzida e é produto das relações sociais que se estabelecem no território em que vivem e constroem.

## CONCLUSÃO

O mapa é uma forma de expressão e difusão de pensamentos e, por meio dele, são apresentados aspectos sociais da periferia de Sobral. Esse é um território que apresenta história, dinâmica e memória, e que é habitado por sujeitos concretos que possuem as mesmas variáveis e, assim, produzem e reproduzem esses espaços a partir de suas práticas socioespaciais.

A apropriação do MDC, pelos moradores da periferia de Sobral, contribui para a autoafirmação desses grupos sociais no território e para a legitimação da periferia como constituinte da cidade. Além disso, possibilita o reconhecimento desses sujeitos como cidadãos de direitos, pois é urgente pensar a cidade efetivamente democrática com direito à igualdade, respeito às diferenças e liberdade para todos.

Pode-se inferir que, mesmo diante dos problemas presentes na periferia de Sobral, os moradores apresentam uma grande identificação e afetividade com o bairro onde moram. A periferia é o lugar de seus moradores. A periferia é um território carregado de contradições e movimentos de territorialização e desterritorialização constantes, que não sustentam qualquer tentativa de estabilidade e fixidez, apesar de não as descartar, como desejo e agências múltiplas e em tensão. Ao pesquisador, resta perder-se — nesse caso, virtualmente — no lugar criado pelo morador da periferia de Sobral.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias Sociais e Território**. 1.ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. p. 13-44.

ACSELRAD, H.; VIÉGAS, R. N. Cartografias sociais e territórios-um diálogo latino-americano. In: Acselrad, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. 1.ed. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2013. p. 15-40.

ALMEIDA, B. F. M. A.; SOUZA, D. B.; Gorayeb, A. A cartografia social como instrumento potencializador para a identificação de potencialidades e problemáticas do território no assentamento Sabiaguaba, Amontada, Ceará. **Revista Encontros Universitários da UFC**, v. 2 n. 1, p. 1-1, nov. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/eu/issue/view/763>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2019.

CAVALCANTI, L. de. S. **Geografia escola e construção de conhecimentos**. 18.ed. Campinas: Papirus, 2013.

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORRÊA, R. L. A periferia urbana, **Revista Geosul**, v. 1. n. 2, p. 1-9, jan. 1986. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12551/11859>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

DUARTE, P. A. **Cartografia temática**. Florianópolis: Ed. da UFSC 1991.

DUARTE, A. L. Os sentidos da comunidade: notas para um estudo sobre bairros operários e identidade cultural. **Trajeto Revista de História da UFC**, v. 1, n. 2, p. 103-113, Jul. 2002. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/17193>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

DUARTE, P. A. **Fundamentos de Cartografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

FITZ, P. R. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

FREITAS, N. A. de. Ação, efeito e manobras: o artefato primoroso. In: FREITAS, N. A. de.; MARIA JÚNIOR, M.; HOLANDA, V. C. C. (Orgs.). **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e Região em foco**. 1.ed. Sobral: UECE/UVA, 2010. p. 185-210.

GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HINE, C. **Virtual ethnography**. Londres: Sage, 2000.

HAESBAERT, R. Sobral: esquizofrenia da exceção, In: FREITAS, N. A. de.; MARIA JÚNIOR, M.; HOLANDA, V. C. C. de (Orgs.). **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e Região em foco**. 1.ed. Sobral: UECE/UVA, 2010. p. 213-216.

LANDIM NETO, F. O.; SILVA, E. V. da.; COSTA, N. O. Cartografia social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 18, n. 2, p. 56-70, 2016. Disponível em: <<https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/302/294>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

LATOUR, B. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MARTINELLI, M. **Mapas da Geografia e a Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014.

SERPA, Angelo. **Lugar e mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: Uma concepção multidimensional voltada para o desenvolvimento territorial. 2.ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

TAYLOR, D. R. F. Uma base conceitual para a cartografia: novas direções para a era da informação. **Revista portal da cartografia e geociências**. V.3, n. 1, p.1-10, 2010. Disponível em: <<https://www.scirp.org/journal/PaperInformation.aspx?paperID=56362&>> Acesso em: 11 de setembro de 2019.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.